

Crise política deixa economia paralisada

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, aguarda com ansiedade o desfecho da crise política que envolve o impeachment do presidente Fernando Collor, por quem foi convidado para ocupar o cargo. Alguns de seus assessores, para não enfrentar "surpresas", já avaliam o que pode significar a possível ocupação do poder pelo PMDB.

Avaliações preliminares apontam vantagens para aprovações de projetos como os das reformas fiscais e portuárias. Estas avaliações estão sendo feitas porque há a possibilidade de afastamento do

Presidente, com o vice Itamar Franco, assumindo o cargo. O primeiro e principal ponto ganho — típico de regimes parlamentaristas — ocorreria devido a troca de um presidente desgastado junto à sociedade e ao Congresso Nacional, por outro sem esses problemas.

Membros da equipe econômica, avaliam que, com Collor, há mais dificuldade para aprovação da Reforma Fiscal, levando à necessidade de edição de medida provisória visando a um ajuste emergencial. O Governo precisa arrecadar cerca de 12 bilhões de

dólares extras em 1993 para manter suas contas equilibradas.

Equilíbrio — Apesar disso, eles não acreditam em um desequilíbrio tranquilo nas votações na Câmara dos Deputados, por exemplo, em favor do Governo, devido a um possível novo perfil. O bloco governista (PFL/PRN/PSC) tem 128 votos na "casa". O PMDB, sozinho, possui 101 deputados, mas apresenta divisões consideráveis. Elas têm servido, inclusive, para garantir votações favoráveis ao atual Governo.

Outras informações disponíveis

e qualificadas como "pouco agradáveis", apontam pra possível independência do PMDB em relação a Itamar Franco. Isso, porque ele enfrentou sérios problemas junto ao partido, do qual desligou-se para assumir, em campanha, a candidatura à vice-presidência junto a Collor de Mello.

Na oportunidade, a estratégia "collorida" era obter um candidato a vice com "ficha limpa", oposicionista e da região Sudeste. O perfil era adequado à Itamar, peemedebista histórico, mineiro, que encarnou a "CPI da Corrupção", envolvendo o então presi-

dente, José Sarney.

Rapidez — Marcílio já manifestou desejo de ver a crise política solucionada rapidamente. Ele espera a definição do impeachment para as próximas semanas. Depois disso, qualquer que seja o presidente, todos os ministros devem colocar os cargos à disposição. O objetivo seria a construção de nova ou manutenção da atual base de sustentação parlamentar.

É consenso na equipe de Marcílio, que quanto mais tempo durar a crise política, pior será para

a economia do País. Por isso, o ministro e outros setores do Governo e sociedade, mantêm conversas com os presidentes da Câmara, Senado e Supremo Tribunal Federal. O objetivo é garantir a normalidade do processo de impedimento de Collor.

A crise política praticamente paralisou as atividades do Congresso. O secretário especial de Política Econômica, Roberto Macedo, não esconde o fato de que não mais encontra espaço suficiente para debater a Reforma Fiscal com parlamentares.